

# Censo do Ensino Superior 98: uma breve análise da questão do público e do privado

Angela C. de Siqueira\*

**Resumo:** O resumo do Censo do Ensino Superior de 1998 divulgado à imprensa pelo governo federal em junho de 1999 sugere uma maior eficiência do setor privado. A análise imediata da compilação de dados globais contida no documento indica que as instituições privadas atendem a maioria dos alunos de graduação (62%) e apresentam uma relação mais elevada de professores e funcionários por vagas do que as instituições públicas. O presente artigo utiliza dados do próprio censo (não presentes no resumo entregue à mídia) e de censos anteriores, assim como informações do censo da pós-graduação para contestar essa suposta maior eficácia ou bom desempenho do setor privado. Os cinco argumentos básicos são: 1) Ao contrário das instituições privadas, docentes e funcionários do setor público não se dedicam exclusivamente ao ensino de graduação, pois estas instituições prestam outros tipos de serviço à comunidade (como hospitais universitários, orquestras, laboratórios, etc), além de serem responsáveis por pesquisas; 2) As instituições públicas oferecem a quase totalidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (91%), que demandam mais recursos, pessoal com alta mais alta qualificação e atendimento mais individualizado; 3) As instituições particulares contêm uma maior concentração de alunos e cursos na área de Ciências Sociais Aplicadas, com custos de instalação e manutenção mais baixos; 4) As instituições estaduais e federais expandiram suas matrículas significativamente nos últimos 10 anos, com uma expansão docente inferior ao das instituições privadas; 5) As instituições públicas federais se constituem em instâncias importantes para o processo de desconcentração do saber e atendimento das necessidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e desenvolvimento de pesquisas consideradas não-lucrativas, mas básicas para a preservação cultural e desenvolvimento de soluções calcadas nas características regionais.

**Palavras-chave:** ensino superior; indicadores de eficiência; público e privado; censo educacional; desempenho.

**Abstract:** The summary of the 1998 higher education Census disclosed to the press by the federal government in June 1999 suggests a larger efficiency of the private sector. The immediate analysis of the compilation of the global data contained in the document indicates that the majority of undergraduate students (62%) attend private institutions. Moreover, the ratio of professors and employees to enrollments are higher in private institutions than in public ones. The present article uses data of the own census (not unfold in the summary given to the media) and of previous censuses, as well as information of the graduation census questioning the private sector's alleged larger efficiency or better performance. The five basic arguments are: 1) Unlike private institutions, professors and employees of public institutions are not devoted exclusively to undergraduate teaching, because these institutions render other service to the community (such as university hospitals, orchestras, laboratories, etc), besides they are responsible for researches; 2) Public institutions almost offer the totality of graduation courses- Master and PhD- (91%), which demand more resources, higher qualified personal and more individualized attention; 3) Private institutions presents larger concentration of students and courses in Social Sciences, which have reduced installation and maintenance costs; 4) In the last 10 year, state and federal maintained institutions expanded significantly their students enrollment, with an expansion of professors inferior to that of the private institutions; 5) Federal institutions constitute in important instances for the process of knowledge creation and distribution, serving the needs of North, Northeast and Center-west regions, and fostering the development of no-lucrative, but basic researches necessary for cultural preservation and for the development of solutions with regional characteristics.

**Key-words:** higher education; efficiency indicators; public and private; educational census; performance.

O recém-divulgado Censo do Ensino Superior consiste num documento com centenas de páginas, repleto de tabelas, com dados supostamente restritos e completos sobre o ensino de graduação. Sua denominação oficial é "Sinopse Estatística do Ensino Superior: graduação 1998".

Contudo, o governo, ao divulgar para a imprensa uma página intitulada "Os números do Censo do Ensino Superior de 1998", induz no mínimo a comparações errôneas, que acabam por enaltecer o setor privado e seu modelo de ensino, praticamente restrito a certo tipo de graduação (mais rápida, com pessoal menos habilitado, menos tempo de trabalho, etc.) e normalmente separado da pesquisa e de outras formas de relacionamento e divulga-

ção/confrontação do conhecimento/cultura com a comunidade. Ao ignorar as interfaces entre os níveis de ensino: graduação e pós-graduação, especialmente a nível de mestrado e doutorado, assim como o inter-relacionamento e retroalimentação existente entre ensino, pesquisa e extensão, os dados acabam por beneficiar aqueles que oferecem "mais" ensino, no sentido quantitativo. Tal perspectiva escamoteia a realidade, já que vai metamorfoseando a quantidade em suposta qualidade, reduzida a uma falsa eficiência numérica.

Por exemplo, no referido "números do Censo do Ensino Superior" observa-se que 78,5% das instituições são privadas, que oferecem 74% das vagas e englobam 62% das matrículas. E fazem isso utilizando 49% do total de cargos docentes e com 34% dos funcionários. Isso supostamente indica que as instituições públicas são menos eficientes; isto é, oferecem menos cursos, têm menos matrículas e contam com mais docentes e funcionários. Será

\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- Brasil; Doutoranda no International/ Intercultural Development Education Program na Florida State University. Bolsista da CAPES.

que esses dados assim agregados realmente evidenciam uma suposta eficiência ou melhor desempenho do setor privado?

Como indicamos no primeiro parágrafo, os dados do censo supostamente se referem APENAS ao ensino de graduação, o que exclui toda a pós-graduação, especialmente a *stricto sensu*, que pressupõe uma relação professor/aluno mais exigente, em termos de tempo, formação acadêmica e desenvolvimento de pesquisa, assim como mais funcionários para laboratórios. Além disso, estão incluídos neste censo do ensino de graduação, mas não devidamente explicitados, o pessoal (professores e funcionários) responsáveis por outras atividades inerentes à atuação das instituições de ensino superior, principalmente universidades públicas, que trabalham nos hospitais universitários, cinemas, teatros, museus, orquestras, fazendas experimentais, colégios de aplicação etc que fazem parte da estrutura de produção/ divulgação/ preservação de conhecimentos dessas instituições e do seu relacionamento com a sociedade como um todo.

De todas essas exclusões mencionadas, iremos tratar parcialmente da pós-graduação *stricto sensu* na segunda parte deste texto. Agora, usando os próprios dados do Censo de 98, assim como a “Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil 1980-1996”, vamos tentar qualificar os números divulgados.

## **1- Buscando desvelar a qualidade dentro da quantificação na graduação:**

### **1.1 - Estabelecimentos e matrículas**

Cabe inicialmente destacar que, desde 1992, a rede pública vem perdendo (fechando) estabelecimentos, enquanto que a rede privada continua com sua expansão, iniciada já desde a década de 60. De fato a grande expansão do setor privado em termos de número de estabelecimentos e matrículas no ensino de graduação ocorreu de 1960 a 80 (1980=885.054 matrículas), quando houve um pequeno declínio que perdurou até 85 (840.564), seguido de nova subida no período 86-90 (90=961.455), novo declínio durante 91-92 (92= 906.126) e estando em subida constante desde 1993. Agora no último Censo, o ensino privado apresenta um total de 764 estabelecimentos e 1.321.229 matrículas no ensino de graduação.

Observando os dados sobre a evolução dos estabelecimentos, temos que em 1992 havia 893 Instituições de Ensino Superior, sendo 57 Federais, 73 Estaduais, 88 Municipais e 666 privadas. Já, com base no Censo de 98, temos que o número das instituições federais foi mantido, as estaduais perderam 8 estabelecimentos, as municipais perderam 10, enquanto que o setor privado criou 98 novos estabelecimentos.

Mesmo com a redução do número de estabelecimentos públicos, houve expansão das matrículas nos mesmos. No mesmo período (1992-1998) as universidades federais expandiram suas matrículas, de 325.884 para 408.640 (+25%), as estaduais passaram de 210.133 para 274.934 (+31%) e as municipais de 93.645 para 121.155 (+29%).

Vale destacar quanto ao crescimento do setor privado que de 1994 até o presente houve uma maior expansão do segmento “universidades” (+ 29%) e “estabelecimentos isolados” (+22%) e uma menor expansão dos “estabelecimentos federados/integrados” (+11%). A modalidade “estabelecimentos isolados” constitui a maioria dos estabelecimentos de ensino superior: 727 (74,7% do total), sendo que desses, 595 (81,8%) são privados, mas percebe-se que houve uma tendência à expansão do setor privado na modalidade “universidades”.

### **1.2 - Matrículas e oferta de vagas/áreas e cursos**

O Censo de 98 torna mais difícil uma visão dos dados referentes às matrículas por áreas de conhecimento, visto que os apresenta em uma enorme tabela, composta de várias páginas, com dados desagregados por unidades da federação. Cabe destacar que o total de matrículas divulgados no último Censo está em 2.125.958. Contudo, como os dados do outro documento já mencionado (“Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil - 1980-1996”), permitem uma melhor visualização das áreas e cursos que são oferecidos nas diferentes instituições, será com estes dados que iremos iniciar nossa análise.

Segundo esses dados, em 1996, as instituições privadas tinham 52% de suas matrículas na área de Ciências Sociais Aplicadas, 13% em Ciências Humanas, 11% em Ciências da Saúde, 10% em Ciências Exatas/Terra, 7% em Engenharias, 5% em Letras/Linguística, 1% em Ciências Biológicas e 1% em Ciências Agrárias, com cerca de 0,1% no ciclo básico.

Já as instituições federais tinham suas matrículas assim distribuídas: 27% em Ciências Sociais Aplicadas, 17% em Ciências da Saúde, 16% em Ciências Humanas, 13% em Engenharias, 10% em Ciências Exatas/Terra, 8% em Letras/Linguística, 7% em Ciências Agrárias e 2% em Ciências Biológicas.

As instituições estaduais apresentavam uma matrícula mais elevada do que as demais na área de Humanas e Letras/Linguística. No total, elas apresentavam a seguinte distribuição de suas matrículas: 23% - Humanas; 22% - Sociais Aplicadas; 13% - Exatas/Terra; 12% - Engenharias, 12% - Saúde; 12% - Letras/Linguística, 4% - Agrárias, 2% - Ciências Biológicas, com cerca de 0,1% no ciclo básico.

Finalmente as instituições municipais, que apresentam uma maior semelhança com as matrículas do setor privado, porém com um percentual em Exatas/Terra similar às

estaduais. Em 94 as matrículas estavam distribuídas da seguinte forma: 48% - Sociais Aplicadas; 15% - Humanas; 14% - Exatas/Terra; 9% - Saúde; 6% - Letras/Linguística; 5% - Engenharias; 2% - Agrárias e 1% - Biológicas.

Através desses dados percebe-se que as instituições públicas, principalmente as estaduais e federais, apresentam suas matrículas distribuídas de forma mais diversificada, atendendo com um maior percentual às distintas áreas de conhecimento, enquanto as instituições privadas concentram mais da metade de suas matrículas (65%) nas áreas de Ciências Sociais e Humanas. A terceira área em termos percentuais é a área de Saúde, com 11%, mas que, como veremos adiante, oferece cursos diferenciados dos cursos que são oferecidos pelas instituições federais e estaduais.

Verificando a oferta de vagas, através do vestibular por áreas de conhecimento e dependência administrativa - o que poderá apontar tendência em relação às matrículas futuras - o Censo de 98 ratifica a tendência de concentração nas áreas de conhecimento, apresentando pequenas alterações em relação aos dados de matrículas de 96, trabalhados anteriormente.

As instituições privadas concentraram 48% de sua oferta nas Ciências Sociais Aplicadas, seguidas das Ciências Humanas, com 14%, Exatas/Terra com 11%, Saúde com 11%, Letras/Linguística com 6%, Engenharias com 5%, Agrárias com 2%, Biológicas com 2% e o restante alocado ao ciclo básico.

As municipais apresentam padrão similar às privadas, quanto à oferta de vagas via vestibular: 41% - Sociais Aplicadas; Humanas - 20%; Exatas/Terra - 14%; Saúde - 8%; Letras/Linguística - 7%; Engenharias - 5%; Biológicas - 3% e Agrárias - 2%.

Já as federais e estaduais apresentam uma melhor distribuição pelas áreas de conhecimento.

As Federais ofereceram 25% das vagas na área de Sociais Aplicadas; 16% - Humanas; 15% - Saúde; 13% - Engenharias; 12% - Exatas/Terra; 10% - Letras/Linguística; 6% - Agrárias e 3% - Biológicas.

As estaduais, ofereceram 26% de suas vagas na área de Humanas; 20% - Sociais Aplicadas; 16% - Exatas/Terra; 13% - Letras/Linguística; 10% - Saúde; 9% - Engenharias; 3% - Agrárias e 3% - Biológicas.

Esses dados indicam que as instituições privadas e municipais concentram mais de 60% de sua oferta de vagas nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, que normalmente englobam cursos que podem - mas não sem perda de qualidade - ser ministrados com poucos recursos e muitos alunos por sala, ou seja; mais lucrativos, tais como administração, economia, ciências contábeis, direito, pedagogia, etc. Além de cursos da "moda", como comunicação, estilo, etc...

Mesmo dentro das áreas há diferenças marcantes. Dos 11% das vagas ofertadas na Área de Saúde pelas instituições privadas, os 5 cursos com maiores ofertas foram: 21% para educação física; 21% para fisioterapia; 12% - odontologia, 11% - enfermagem e 7% - nutrição. Já dos 14% das vagas na área de Saúde nas instituições federais, os 5 cursos com maior oferta de vaga foram: medicina, com 27%; educação física com 18%; enfermagem com 15%; odontologia com 14% e farmácia com 12%.

Cabe ainda destacar que a qualidade dos cursos não pode ser dissociada do nível de formação e do regime do corpo docente, assim como das instalações, incluindo bibliotecas e acervos, hospitais universitários, laboratórios, clínicas, etc. Infelizmente, o Censo não provê grande parte desses dados, mas podemos verificar a questão docente.

### 1.3 - Regime de trabalho docente e formação dos docentes

Segundo o Censo de 98, o número de funções docentes no país é de 165.122. Desses, 120.013 estão em universidades, 35.502 em estabelecimentos isolados e 12.067 em Centros Universitários/Faculdades Integradas.

Analisando o regime de trabalho dos docentes, verificamos que nas Universidades Federais 85% das funções docentes são exercidas em regime de tempo integral. As Universidades Estaduais e as Instituições Isoladas Federais apresentam regime similar, contando, respectivamente, com 74% e 78% dos docentes em regime integral. 1% dos docentes das federais são horistas, enquanto que nas estaduais este percentual está em 3%. Já os Centros Universitários/ Faculdades Integradas, que em sua totalidade são estabelecimentos privados, têm a maioria de suas funções docentes exercidas (69%) por horistas. Os demais estabelecimentos de ensino superior repetem essa situação. As Universidades Municipais têm 65% de horistas; as Isoladas Municipais 61% e as Isoladas particulares 64%. Cabe destacar que as Universidades privadas têm apenas 20% dos seus docentes com tempo integral, sendo a maioria de horistas (55%) e em regime de tempo parcial (25%).

Verificando a formação do corpo docente, temos que 65% dos docentes das instituições federais possuem titulação de mestrado ou doutorado. Já as estaduais, contam com 55% de mestres e doutores, enquanto que as privadas tem 35% e as municipais 28% com as referidas titulações. Apesar das instituições estaduais apresentarem um percentual de mestres e doutores de 55%, inferior ao 65% das federais, isoladamente as universidades estaduais apresentam o maior índice de doutores no seu corpo docente, 36%, seguido pelas instituições federais: universidades, 29% e isoladas 23%. O número de doutores nas universidades privadas está em 12%, sendo que nas demais fica em torno de 5,5%.

Vale ainda ressaltar alguns dados sobre a expansão do

corpo docente nessa breve análise sobre o Censo do Ensino Superior de 1998. Como vimos anteriormente continua havendo expansão das matrículas em todas as instituições, mas enquanto que no setor privado observou-se uma grande expansão de docentes – na sua maioria horistas-, no setor público a expansão dos docentes foi diminuta frente às matrículas nas federais e, nas estaduais, foi bem menor do que nas privadas.

As instituições privadas, que na última década ampliaram suas matrículas em 44%, fizeram com um aumento de 48% de suas funções docentes. Os estabelecimentos municipais, que no mesmo período aumentaram suas matrículas em 58%, também registraram um grande aumento de docentes: 83%. Já as instituições estaduais e as federais tiveram um aumento percentual maior de matrículas do que de docentes. Tal dado é mais acentuado nas federais, que nos últimos 10 anos expandiram suas matrículas na graduação em 29%, com uma expansão de apenas 2% de suas funções docentes. As estaduais, aumentaram suas matrículas em 44% - percentual superior do das privadas- com um aumento de 40% dos seus docentes – menor do que o destas últimas.

Finalmente, os dados em relação aos docentes não permitem captar as mudanças havidas em termos de experiência acadêmica do corpo docente. Observações e contatos feitos em várias universidades indicam que a grande leva de aposentadorias e pedidos de demissão ocorridos nas instituições federais de 90/92 (Governo Collor) e mais recentemente no governo Fernando Henrique não tem reduzido o nível de formação dos docentes, mas, provavelmente, o de sua experiência acadêmica, de pesquisa, administrativa e de vida. Professores-doutores-pesquisadores “seniors” vão sendo substituídos por recém-doutores. Além disso, os dados também não permitem captar a migração dos docentes qualificados do setor público para o privado, que é um fato recente, decorrente das aposentadorias em massa, ocorridas em função das perspectivas de mudanças na legislação sobre aposentadorias; do congelamento dos salários no setor público; da redução de concursos para este setor; da sobrecarga de trabalho com o aumento de matrículas na graduação, pós-graduação e extensão, sem a devida expansão docente; da legislação que estabeleceu um percentual mínimo de mestres e doutores para aquelas instituições que queiram ser reconhecidas como Universidades e da própria expansão do setor privado.

## 2 - Complementando parte dos dados do Censo do Ensino Superior com alguns dados da Pós-Graduação

Os dados mais recentes sobre a pós-graduação no Brasil estão em várias tabelas divulgadas pela CAPES, sob o tí-

tulo “Situação da Pós-Graduação- 1997”. Vamos aqui analisar parte das mesmas.

Segundo a CAPES, em 1997 o país contava com 1.291 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). 91% desses programas são oferecidos pelas instituições públicas, sendo que 59% pelas federais e 32% pelas estaduais. Assim, verifica-se que o setor privado oferece apenas 9% dos programas, sendo que boa parte dos mesmos são oferecidos por instituições privadas confessionais; isto é, que sempre contaram com fundos públicos, via isenção de impostos.

Observando a distribuição dos programas, por região e dependência administrativa, temos que dos 1.291 programas a Região Norte abriga apenas 28, todos oferecidos pelas instituições públicas federais. A Região Centro-Oeste oferece 69 programas, sendo apenas 2 oferecidos por instituições privadas, e dentre essas, 1 confessional. A Região Nordeste abriga 185 programas, o que significa 14% do total do país. Destes, 184 estão nas instituições públicas e o único privado é em nível de mestrado. A Região Sul possui 217 programas, sendo 87% dos mesmos (188) localizados nas instituições públicas. Dos 29 programas oferecidos pelas instituições privadas, cerca de 60% o são pelas privadas confessionais. Finalmente, a Região Sudeste oferece 792 programas de pós-graduação, ou seja 62% do total no país. 705 dos programas dessa região (89%) são oferecidos pelas instituições públicas federais e estaduais. A rede privada abriga 87 programas na referida região, sendo que 52 deles estão nas instituições privadas confessionais.

Em termos de áreas de conhecimento é possível verificar que a maioria dos programas oferecidos pelas instituições privadas estão nas áreas de humanas (35%) e sociais aplicadas (22%). A seguir vêm as áreas de ciências da saúde com 16%, Engenharias com 9%, Exatas e da Terra com 7%, Letras/Linguística e Multi-disciplinar com 5% cada e, por fim, Biológicas e Agrárias com 1% cada. Já as instituições públicas estaduais oferecem 32% dos seus 410 programas na área de Ciências da Saúde, seguidos por programas na área de Agrárias, representando 14%; Biológicas, 12%; Exatas e da Terra, 11%; Humanas, 10%; Engenharias, 8%; Letras/Linguística, 6% e Sociais Aplicadas e Multi-disciplinar com 4% cada. Por fim, as instituições públicas federais oferecem 19% dos seus 763 programas na Área de Ciências da Saúde, seguidos por programas nas áreas de Exatas e da Terra (14%), Engenharias, Humanas e Agrárias (13% cada), Biológicas 10%, Sociais Aplicadas (9%); Letras/Linguística (5%) e Multi-disciplinar (4%).

Em termos do alunado, a pós-graduação *stricto sensu* no país atende a 71.521 alunos, sendo que 62.903 estão matriculados nas instituições públicas: sendo 34.711 nas federais e e 28.192 nas estaduais. O setor privado atende a

apenas 8.618 alunos, com a referida concentração nas áreas de humanas e sociais.

Considerando a distribuição regional, 84% dos 24.250 alunos de doutorado no país estão na região sudeste. Em nível de mestrado esta região também concentra a maioria dos alunos, mas num percentual um pouco menor: 67% dos 47.271 alunos deste nível.

Apesar da concentração de programas e, conseqüentemente, alunos e docentes, estar na região sudeste, é preciso considerar que são as instituições públicas que constituem o principal meio

para promover uma desconcentração da produção e divulgação da saber, haja vista que praticamente inexitem instituições privadas com programas de pós-graduação

nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também é nas instituições públicas que existem grupos e cursos voltados ao estudo de especificidades regionais e locais, com caráter de descoberta e preservação cultural, portanto sem um fim estritamente imediatista ou comercial. Ou seja, são essas instituições que ainda desenvolvem práticas de longo prazo, certamente não atrativas para o setor privado, porque não lucrativas, mas importantes para o desenvolvimento científico-cultural do país e de sua identidade como povo/região/nação. Percebe-se claramente a diversidade de áreas, programas e cursos nas instituições públicas, que se contrapõe à tendência homogeneizante, lucrativa e imediatista do setor privado.

Além disso, há que se considerar as áreas e cursos oferecidos e suas exigências em termos de número e qualificação de docentes e funcionários, assim como laboratórios, bibliotecas e outras instalações, além do contato e intercâmbio com instituições e profissionais estrangeiros, via participação em seminários, congressos e bolsistas no exterior. Certamente tais fatores, com raras exceções, são praticamente inexistentes no setor privado, que conta com a maioria do seu corpo docente contratado como horista e com remotas possibilidades de afastamento, remunerado ou não, para participar de eventos acadêmicos e cursos de formação em nível de doutorado/ pós-doutorado. Contudo, as instituições privadas estão se beneficiando deste gasto público e recebem, sem maiores custos, professores bem qualificados em decorrência do "brain drain" promovido pelas próprias políticas públicas, que vêm desestimulando e até mesmo punindo os que desejam permanecer nas instituições públicas, com perspectiva de redução de aposentadorias, congelamento de salários e contenção de recursos necessários para a manutenção dos estabelecimentos públicos, suas instalações, equipamentos e laboratórios.

### 3 - Conclusões

Pelo exposto, é possível perceber que o uso de dados do Censo do Ensino Superior, sem a devida complementação com dados sobre a pós-graduação *stricto sensu* – aqui brevemente apresentados – assim como os demais, mencionados, mas não trabalhados (a questão dos hospitais universitários, que fazem milhares de atendimentos ambulatoriais, cirurgias, exames laboratoriais, radiológicos, toxicológicos, tratamento de doenças infecto-contagiosas-

como Aids, tuberculose dentre outras-, doenças tropicais - malária, dengue, febre-amarela- e de tratamento prolongado, como insuficiência renal, com necessidade de hemodiálises; os acervos das bibliotecas, os labora-

---

**Segundo a CAPES, em 1997 o país contava com 1.291 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). 91% desses programas são oferecidos pelas instituições públicas...**

---

tórios, museus, cinemas, teatros e demais cursos, programas de pesquisa e extensão, nível de formação docente, tipos de curso, etc) fornecem uma visão distorcida do ensino superior no país.

Tal visão "esquece" ou não considera – propositalmente ou por ignorância - que não é possível comparar coisas distintas sem gerar resultados distorcidos, incompletos, até mesmo diante do necessário rigor científico, como são as instituições privadas de ensino, mais voltadas para o ensino de graduação e para certos cursos – menos dispendiosos e mais lucrativos – com as instituições públicas, que desenvolvem uma maior gama de cursos de graduação, entrando em áreas mais dispendiosas e menos lucrativas, mas necessárias em termos culturais e científicos, assim como são as grandes responsáveis pela pós-graduação no país, além de manterem outras relações com a comunidade via seus hospitais, museus, teatros, projetos de pesquisa e extensão que também fazem parte do seu processo educativo/formativo, dando-lhes uma outra qualidade.

A divulgação dos dados do Censo, enaltecendo para a imprensa e para o grande público apenas parte do mesmo, torna ainda mais distorcida a questão. Ao divulgar diretamente um quadro com número de instituições, número de matrículas, concluintes, ingressantes, professores em exercício, funcionários, vagas oferecidas, promove a perda da visão da totalidade e leva a uma quantificação que, não só permite, mas induz a conclusões apressadas, errôneas e reduzidas do trabalho desenvolvido nas instituições públicas, mostrando uma suposta melhor eficiência do setor privado, que deve também supostamente ser visto como padrão... Mas que padrão? Para que cursos? Que nível? Que formação? E em quais bases?

Espero que esta pequena, e certamente incompleta análise da vastidão que constitui o ensino superior, contri-

buja para uma releitura do Censo colocando-o na dimensão que lhe cabe: como um aspecto parcial do ensino superior, a graduação, e que não pode ser analisado isolada-

mente, visto que esta se articula e divide espaços, pessoal e objetivos com a pós-graduação e demais setores de atuação das instituições, principalmente as públicas.

## Referências

MEC/ CAPES (1998) . Situação da Pós-Graduação - 1997. Brasília.

MEC/ INEP (Junho, 1999). Os números do Censo do Ensino Superior de 1998. Brasília.

MEC/ INEP (Junho 1999). Sinopse Estatística do Ensino Superior: graduação 1998. Brasília.

MEC/ INEP (1997). Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil 1980-1996. Brasília.